



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ANA MARIA DAVID DE OLIVEIRA

O LETRAMENTO POLÍTICO: por uma pedagogia democrática.

ITAPORANGA – PB
2014

ANA MARIA DAVID DE OLIVEIRA

O LETRAMENTO POLÍTICO: por uma pedagogia democrática.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a Íris Maria Barbosa Alves

ITAPORANGA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48I Oliveira, Ana Maria David de
O Letramento político [manuscrito] : por uma pedagogia democrática / Ana Maria David de Oliveira. - 2014.
27 p.

Digitado.
Monografia (Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Íris Maria Barbosa Alves, Departamento de Educação".

1. Letramento político. 2. Gestão Democrática. Processo Pedagógico. I. Título.

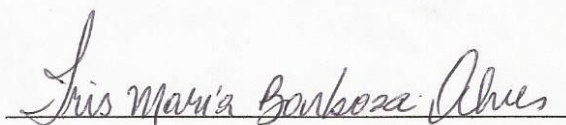
21. ed. CDD 372.41

ANA MARIA DAVID DE OLIVEIRA

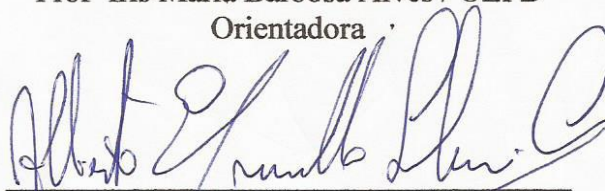
O LETRAMENTO POLÍTICO: por uma pedagogia democrática.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

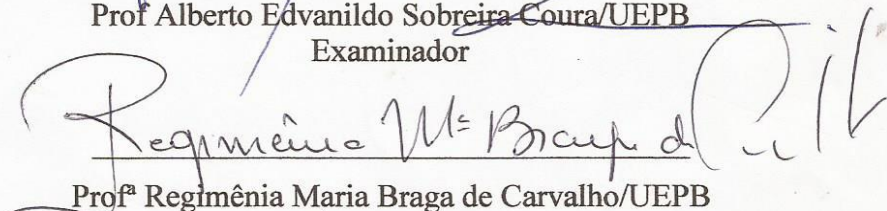
Aprovada em: 14/06/2014.



Prof^a Iris Maria Barbosa Alves / UEPB
Orientadora



Prof Alberto Edvanildo Sobreira Coura/UEPB
Examinador



Prof^a Regimênia Maria Braga de Carvalho/UEPB
Examinadora

Ao meu esposo Orlando
e meu filho Tiago pela força e
compreensão dispensada durante este
estudo
Dedico!

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ser a minha fonte de sabedoria e me dar forças para chegar a realização deste curso.

Aos meus pais Geraldo (in memória) e Clarice, pelo incentivo na busca dos estudos.

Aos meus irmãos Maria José, Lucia, Francisco e Jacinta, pelo amor e carinho, que, mesmo de longe, sempre estão comigo.

Aos professores desde as séries iniciais que contribuíram com a minha formação pessoal e profissional. Bem como aos mestres do curso de Especialização da UEPB, por todo o conhecimento transmitido e que contribuíram durante o período de estudo, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha orientadora, Prof^a Íris Maria Barbosa Alves/UEPB, pela confiança depositada em mim e na confecção deste trabalho.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A todos que direta ou indiretamente me apoiaram durante o período do curso.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “O Letramento Político: por uma pedagogia democrática”, elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, busca enfatizar a importância da participação no ambiente escolar de todos os agentes envolvidos no processo pedagógico, tendo em vista a otimização do letramento e seus reflexos para a aprendizagem. Estudiosos como Luck (2002), Silva (1995), Soares (2005) e Pereira (2011), subsidiaram este estudo, bem como outros artigos científicos, dissertações de mestrado, enfim, acervos bibliográficos de outros autores relacionados ao tema acima supracitado. Considerando que as escolas têm se organizado para construir espaços de relevância no que tange ao aspecto de gestão administrativa e pedagógica no âmbito escolar, a gestão democrática e o letramento serão abordados na perspectiva de um espaço para a aprendizagem. Para efeito de melhor sistematização, este trabalho apresenta-se estruturado em três momentos: no primeiro momento focaliza a escola como espaço na construção da gestão democrática, entendendo que nesta todos os agentes estão envolvidos neste processo. No segundo momento contempla-se a administração escolar com ênfase especial na qualidade do ensino entendido como a forma pela qual a escola usa o espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade visando à educação das crianças. E no terceiro momento reforça o letramento numa concepção democrática, por ser este processo um conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura e escrita com diferentes finalidades visando, sobretudo, a aprendizagem e, finalmente, na conclusão construímos o nosso entendimento no que tange ao assunto pesquisado.

Palavras-chave: letramento político. gestão democrática. processo pedagógico.

ABSTRACT

The present work, entitled "The Political Literacy: a democratic pedagogy", prepared from a literature search, seeks to emphasize the importance of participation in the school environment for all stakeholders in the educational process in order to optimize the literacy and its consequences for learning. Scholars such as Luck (2002), Silva (1995), Soares (2005) and Pereira (2011), subsidized this study as well as other scientific papers, dissertations Masters, anyway, other library collections related to the topic above aforementioned authors. Considering that schools have organized to build space-relevance with respect to the aspect of administrative and pedagogical management in schools, democratic management and literacy will be addressed from the perspective of a space for learning. For a better systematization, this work presents structured in three parts: at first focuses on the school as a space in the building of democratic management, understanding that this all agents are involved in this process. The second time we contemplate the school administration with special emphasis on quality of education understood as the way in which the school uses space, interpersonal relationships and community interaction aimed at educating children. And the third time reinforces literacy in a democratic design, because this process a set of social practices that involve reading and writing for different purposes aimed mainly at learning and, finally, in conclusion we build our understanding with respect to the subject researched.

Keywords: political literacy. democratic management. pedagogical process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I- CONCEITUANDO GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	10
CAPÍTULO II- A ESCOLA COMO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	13
2.1 Função e consolidação dos conselhos escolares frente a uma gestão democrática.....	17
CAPÍTULO III- O LETRAMENTO POLÍTICO: POR UMA PEDAGOGIA DEMOCRÁTICA.....	20
3.1 A importância do letramento na alfabetização.....	22
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de construção democrático, respeitando caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem. A literatura nos mostra que a gestão escolar na perspectiva democrática supõe a ação de participação, de trabalho coletivo onde as pessoas analisam os problemas e resolvem problemas em conjunto para equacioná-los. Sabe-se que um trabalho coletivo, ou seja, onde todos que fazem parte da escola se envolvem com os mesmos interesses, promove à participação e o compromisso de gestor, professor, alunos, equipe técnica e pedagógica com o objetivo de fazer crescer o ensino no sentido do conhecimento do indivíduo. Neste sentido, a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada, onde todos têm o direito de falar, de se expressar, dar suas opiniões, discutir valores, questionar regras. Enfim, é uma gestão voltada para um processo mais rico de ensino/aprendizagem, objetivando fazer a educação como formadora da cidadania e qualificadora para o trabalho.

As escolas são instituições às quais a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações das habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes consideradas essenciais à formação de todo e qualquer cidadão.

Nas sociedades contemporâneas, a instância responsável por promover o letramento é o sistema escolar, pois segundo Cook-Gumperz (1986, p. 16) “é consenso social, nos dias de hoje, que o letramento é tanto o objetivo quanto o produto da escolarização”.

Condições favoráveis advêm do fato de que o letramento é, no contexto escolar, um processo, mais que um produto. Conseqüentemente, as escolas podem fazer uso de avaliações e medições em vários contextos de leitura e escrita que é o letramento, avaliando de maneira progressiva a aquisição de habilidades, de conhecimentos, de usos sociais e culturais da leitura e da escrita, evitando, assim o problema de ter de escolher a habilidade entre estes, para distinguir um aluno letrado de um iletrado, uma criança alfabetizada de outra não alfabetizada.

Este trabalho consiste como fator metodológico, em um estudo teórico de como as escolas tem se organizado para construírem espaços de relevância no que tange ao aspecto de gestão administrativa e pedagógica no âmbito escolar abordando a gestão democrática e letramento na perspectiva de um espaço para a aprendizagem. Para efeito de melhor sistematização este trabalho apresenta-se estruturado em três momentos:

No primeiro momento focaliza a escola como espaço na construção da gestão democrática, entendendo que nesta todos os agentes estão envolvidos neste processo.

No segundo momento contempla-se a administração escolar com ênfase especial na qualidade do ensino entendido como a forma pela qual a escola usa o espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade visando à educação das crianças.

E no terceiro momento reforça o letramento numa concepção democrática, por ser este processo um conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura e escrita com diferentes finalidades visando, sobretudo, a aprendizagem e, finalmente, na conclusão construímos o nosso entendimento no que tange ao assunto pesquisado.

CAPÍTULO I- CONCEITUANDO GESTÃO DEMOCRÁTICA

Antes de se chegar ao conceito de gestão democrática, deve-se primeiro entender o que é gestão e, diante deste, chegar aos vários tipos de gestão.

Para Shapiro (2012), gestão é a arte de fazer as pessoas serem mais eficazes, e a ciência de como fazer isto. Não se trata de um jogo de adivinhação, mas de método organizado e mensurável. Segundo ele, para que a gestão aconteça de fato, devem existir quatro princípios básicos sobre os quais ela se fundamenta, que são: planejar, organizar, dirigir e controlar.

A gestão do bem público, entretanto, deve conter a participação popular, uma vez que o bem final é destinado ao próprio público.

Nos dias de hoje, os termos “participação” e “democracia” têm sido amplamente utilizados pelos mais variados setores sociais. É possível encontrar a defesa desses conceitos nos programas de governo de praticamente todos os partidos políticos. Se pudermos considerar esse fato um avanço, dada a tradição autoritária presente na história brasileira, por outro lado, ao avaliarmos os discursos e as práticas efetivas, podemos perceber que, apesar da apropriação dos termos, os significados e suas aplicações políticas e culturais estão amplamente em disputa. Por isso, cada vez mais, faz-se necessário debater e explicitar melhor o sentido que atribuímos àquelas palavras. (TEIXEIRA, 2005, p. 07)

Diante do que foi exposto por Teixeira (2005), pode-se constatar que a democracia não é uma ação muito praticada no cenário brasileiro. Desta forma, cabe a cada um fazer a sua parte e fiscalizar o bem público, observando se verdadeiramente ele está sendo utilizado de forma democrática.

Para entendermos melhor o que seria uma gestão democrática, segundo alguns autores, segue o conceito: “é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto” (LUCK, 2006, p. 15). Em resumo, aperfeiçoa-se e qualifica-se a gestão para aumentar as oportunidades de formação e aperfeiçoamento. A boa gestão é, pois, identificada, em última instância, através da obtenção desses resultados.

Para Lück et al.(1998) o conceito de gestão democrática equivale ao conceito de gestão participativa. Mas não basta à tomada de decisões, pois é preciso que elas sejam postas em práticas.

De acordo com Cury (2001, p. 51):

Não navegue mais sozinho. Não seja autossuficiente. Treine dividir o barco de sua vida com seus íntimos. Treine penetrar no barco de alguém [...]. Uma mão lava a

outra. A família deve ser uma grande equipe. Os colegas de trabalho deve ser uma grande família. A gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e transforma o ambiente num oásis. Trabalhar em equipe é uma arte.

Na visão de Cury (2001), o trabalho realizado em equipe flui melhor e se torna prazeroso pelo fato de que várias pessoas pensando juntas em busca de um bem comum o resultado será melhor do que se espera.

Cury (2002, *apud* BRASIL, 2006, p. 51) diz que “participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento”.

Deste modo, o dirigente que de fato for preocupado com a presença da democracia em sua gestão será o principal agente responsável em motivar sua equipe, junto à sociedade, na criação, na escolha e no desenvolvimento do conselho participativo, possibilitando, assim, o acesso da participação popular e, dessa forma, legitimar práticas do coletivo para o coletivo, sendo mais fácil delinear os meios a fim de concretizar os objetivos propostos e buscar soluções para os eventuais problemas.

Diante de tais problemas, as instituições devem desenvolver mecanismos de participação na gestão democrática. Sendo assim, as empresas do setor público de diversas áreas precisam criar mecanismos para garantir a participação da comunidade no processo de organização e gestão. Que são elas:

Autonomia administrativa – consiste na possibilidade de elaborar e gerir seus planos, programas e projetos.

Autonomia jurídica – diz respeito à possibilidade de elaborar suas normas e orientações em consonância com as legislações vigentes.

Autonomia financeira – refere-se à disponibilidade de recursos financeiros capazes de dar à instituição condições de funcionamento efetivo.

Autonomia pedagógica – consiste na liberdade de propor modalidades de ensino e de pesquisa. (VEIGA, 1998, *apud* BRASIL, 2004. p. 16-19)

Sales (2003), quando problematiza sobre os desafios da gestão democrática na sociedade, lembra que se for o tipo de participação social que definem os regimes políticos, é necessário problematizar a respeito do que se está falando quando se utiliza esse conceito, principalmente quando, nos dias de hoje, é tão utilizado para expressar práticas antagônicas.

A exigência em dizer o que se entende por participação torna-se ainda mais oportuna pelo fato de que a palavra participação foi utilizada por ditaduras militares, governos populistas, tecnocratas, e instituições internacionais que

promovem golpes de estado em países que tentam se libertar de sua tutela. É também utilizada por organizações governamentais e civis, nacionais e internacionais, de diferentes e antagônicas orientações ideológicas, que prestam assistência técnica e financeira às organizações não governamentais de países com grande número de pessoas que não conseguem se integrar na produção de bens e serviços para a sociedade, expulsas que estão do restrito e terrível mercado capitalista de peças humanas compradas para produzir mercadorias e capital. (SALES, 2003, p. 88)

O referido autor ainda apresenta algumas questões, como “será que instituições e pessoas que administravam de modo tão autoritário se tornaram democratas, assim de repente? Não estará acontecendo que o discurso sobre participação esteja escondendo práticas que continuam autoritárias?” (id)

É a explicação do conceito de participação que poderá revelar como determinadas práticas, como o incentivo à fala, a presença em reuniões eleições e os Conselhos setoriais, podem ser estratégias de negação ou afirmação da participação. (SALES, 2003)

A participação também é uma prática imprescindível para uma gestão democrática na educação. Ora, a gestão participativa e democrática é uma aposta na qualidade da educação, começando pela administração escolar. No próximo capítulo, então, problematizaremos a escola enquanto espaço de construção da gestão e participação democrática.

CAPÍTULO II- A ESCOLA COMO ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Diante da globalização econômica, da transformação dos meios de produção e do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, a educação escolar precisa oferecer propostas concretas à sociedade, preocupando-se em oferecer o ensino de qualidade que possa elevar a capacidade das crianças, adolescentes e jovens para compreenderem o universo competitivo e os valores sociais, econômicos e culturais intrínsecos na formação pessoal e profissional ao qual estarão submetidos.

Na concepção de Santos (1997, p. 45), “no âmbito da educação escolar, o ensino público ou privado de qualidades para todos é uma necessidade e um desafio fundamental”. Há, portanto, atualmente um claro reconhecimento mundial e social de sua importância para o mundo do trabalho, para o desempenho da economia e para o desenvolvimento técnico científico. Na realidade, a educação busca a formação de um novo paradigma que estabelece o problema da qualidade exigida por uma pedagogia eficiente.

A escola, então, é uma organização humana que dimensiona o compreender dos fatos voltada para a qualidade da educação e da aprendizagem por ela proporcionada. É nesse sentido que a gestão democrática e participativa no âmbito escolar constitui-se numa prática que deve priorizar o desenvolvimento integrado de todos os agentes envolvidos no processo pedagógico.

Com relação à gestão democrática escolar, então, Brasil (2004) a define como:

Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.

Diante das situações atuais, seria impossível existir tanto investimento nas instituições de ensino se não houvesse a democracia para gerenciar os recursos a ela destinados. Segundo Souza (2009, p. 125)

Processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Nos últimos anos tem-se discutido muito o novo papel da gestão escolar como instrumento para inserção de movimentos de transformação na atuação dos professores, alunos, pais e comunidade. Para isso, a gestão busca subsídios nos aspirais da democracia e da participação.

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola (BORDIGNON; GRACINDO, 2004. p. 147)

Segundo Valerien (2002, p, 150) “a inovação e as mudanças educacionais são consideradas como um dos principais meios para aperfeiçoar o funcionamento da escola e melhorar a qualidade do ensino”.

Desta forma, a função do gestor escolar se constitui incontestavelmente de uma importância considerável no âmbito escolar, pois se acredita que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola constitui uma sociedade mais justa e igualitária.

Um gestor escolar é na atualidade um vetor responsável pela criação de um ambiente acolhedor, que viabilize o trabalho educacional, cumprindo o projeto pedagógico escolar inserido no processo ensino aprendizagem. Sendo assim, é essencial que ele envolva equipes pedagógicas, pais e alunos em torno desse objetivo. Sobre o assunto, na visão de Luck (2011, p. 140):

Os gestores escolares devem compreender que seu papel é garantir na aprendizagem de todos os alunos. E que, para isso, é essencial desenvolver uma cultura organizacional na escola com características educativas. Ou seja, criar um ambiente em que os professores e funcionários aprendam enquanto ensinam. Isso depende de mais articulação entre as redes de ensino, ou gestores e as universidades.

Por isso, o gestor deve estar muito atento ao que transmite “nas entrelinhas” dos processos e das relações interpessoais que se estabelecem na escola. Seu desafio é o de coordenar diferentes gestões-equipe, espaços, parcerias, recursos para promover a aprendizagem dos alunos. Nessa abordagem, o olhar do gestor se volta fundamentalmente para três eixos: a organização dos espaços da escola, a mobilização de uma equipe coesa com o objetivo de alcançar uma proposta pedagógica definida e o estabelecimento de um canal de comunicação com os pais de alunos, pois aplicando esta teoria no dia a dia talvez não transforme a instituição numa escola dos sonhos, mas certamente trará resultados positivos sob todos os aspectos.

Além de incentivar o uso de novas metodologia e tecnologias, o gestor escolar deve promover a discussão de assuntos pedagógicos e outros que permeiam a educação, bem como ajudar o professor a encontrar as melhores estratégias de ensino.

É nesse contexto que a qualificação e a motivação do diretor da escola são hoje requisitos indispensáveis que requer mais atenção, não só porque o gestor é o polo integrador de todos os demais, mais também porque é o elemento determinante da eficácia da ação educativa e na legitimação de uma gestão participativo e democrática.

A motivação é um tipo de mecanismo interno que dá forças para alguém realizar alguma ação, sendo esta o instrumento que encoraja uma pessoa a realizar algo; é aquilo que nos põe em direção aos nossos objetivos. Por esta razão, evidencia-se que sem motivação não se consegue chegar a lugar nenhum.

Segundo Lima (2004, p. 12), “a motivação é essencial para que possamos atingir o sucesso e seguirmos cada vez mais, aprimorando o sucesso conquistado”.

No caso do gestor escolar, este deve está sempre motivado e seguro em suas atividades, tentando, assim, mostrar aos atores escolares a importância do efeito multiplicador necessário ao ensino aprendizagem. Assim, para Wernek (2008, p. 23):

A motivação é uma disposição que ocorre dentro da liberdade de cada um. Mostrar a beleza de uma determinada disciplina e resignificar os conhecimentos, parece-me, é a melhor maneira de se conseguir que alguém se motive a responder positivamente aos incentivos apresentados.

Pede-se atualmente ao gestor escolar que seja um agente de qualidade de ensino, sendo a própria escola um projeto de desenvolvimento central relativamente a outros projetos nela existente. Mas o modo do gestor (dirigente) escolar ser eleito vai refletir diretamente na qualidade da gestão democrática praticada no âmbito escolar.

Ora, vários estudos sobre gestão participativa e democrática abordam a participação como eixo central. Mendonça (2001) diz que pesquisas que abordam aspectos da gestão democrática do ensino público ligados à participação, apontam que, “ao contrário do que se idealiza sobre a convivência entre membros da comunidade escolar, os mecanismos adotados pelos sistemas não lograram pôr termo à guerra entre segmentos” (p. 87). Para o autor, diretores, professores e funcionários, com privilégio dos primeiros, ainda monopolizam os foros de participação.

A escola pública ainda é vista pelos usuários como propriedade do governo ou do pessoal que nela trabalha. O professor comporta-se como dono do seu cargo, dos alunos e de suas classes. O diretor funciona como guardião dessa concepção, evitando interferências de servidores e de pais. (id)

Mendonça (2001) ainda lembra que as legislações têm funcionado como mecanismos reguladores desse privilégio, pois impõem critérios de proporcionalidade na participação aos segmentos organizados da comunidade escolar.

Isso não impede, no entanto, que permaneçam existindo comportamentos e atitudes de dominação dos docentes sobre os demais membros, sob argumentos que, em geral, se baseiam em questões ligadas à competência pedagógica. Apesar das várias tentativas legais de correção das distorções que privilegiam os segmentos docente e administrativo, observam-se algumas legislações que chegam a legitimar a restrição à participação dos pais e responsáveis. (id)

Outro ponto que merece destaque é sobre o modo como os dirigentes escolares são indicados e/ou eleitos. A análise dos processos de eleições e das experiências vivenciadas em algumas instituições de ensino é imprescindível para a compreensão da gestão democrática.

A importância desse elemento de gestão democrática é compreensível pela vinculação do processo eleitoral com a democracia e pelo espaço que esse mecanismo ocupou como bandeira de luta dos movimentos sociais. No início da década de 1980, a discussão foi polarizada pela questão da indicação de dirigentes escolares, de tal modo que a luta pela implantação de eleições de diretores fez com que a ampla temática da gestão democrática fosse, de certa maneira, reduzida a esse mecanismo. (id)

Para o autor em questão, são os métodos centralizados de administração, o papel exercido pelos diretores de escola e os processos de indicação política de pessoas não identificadas com a unidade escolar que terminam exercendo influência decisiva na organização “em torno da ideia de eleições como processo de provimento do cargo de diretor”. (p. 88)

Geralmente, existem quatro formas de provimento do cargo de diretor: por indicação, quando a nomeação é realizada por autoridade do Estado, inclusive o nome do indicado pode ser resultado de pressões político-partidárias; o concurso, mais raro, quando engloba os procedimentos que aplicam o concurso público de provas e títulos para escolha e nomeação dos primeiros colocados; por eleição, quando o nome do escolhido para ocupar o cargo de diretor de escola é resultado de processo em que a manifestação da vontade dos segmentos da comunidade escolar é manifestada pelo voto (escolha mais democrática); por seleção e eleição, quando os processos adotam eleição de candidatos previamente selecionados em provas escritas. (MENDONÇA, 2001)

Os mecanismos de provimento do cargo de diretor escolar são reveladores das concepções de gestão democrática adotadas pelos sistemas de ensino. As escolas públicas brasileiras tradicionalmente tiveram seu provimento efetivado por

nomeação do governador ou do prefeito, em geral a partir de indicações feitas pelos titulares das Secretarias de Educação ou das lideranças político-partidárias das respectivas regiões. A interferência política no ambiente escolar permitiu que o clientelismo político tivesse, na escola, um campo fértil para seu crescimento. (id)

Ora, para determinados políticos, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter, indiretamente, o controle de uma instituição pública que atende diretamente parte significativa da população. “Para o diretor, gozar da confiança da liderança política, é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego público”. (ibid, p. 89)

Porém, a existência dos conselhos escolares é uma forma de diminuir, pelo menos em relação aos poderes do diretor por indicação, a centralização do poder deste gestor escolar. Vejamos, no próximo item, uma reflexão sobre os conselhos escolares.

2.1 Função e consolidação dos conselhos escolares frente a uma gestão democrática

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. “Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade”. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. “São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã”. (BRASIL, 2004)

Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos políticos-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

Ainda de acordo com o Brasil (2004), o projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, e, por isso, ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos Escolares.

A forma que a LDB (Lei n. 9.394/96) definiu para implantação da gestão democrática da escola pública adotou a estratégia de remeter aos sistemas de ensino a definição das normas de gestão democrática do ensino público na educação básica com dois condicionantes: a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes e a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (art. 14). Com isso, a LDB procurou respeitar a autonomia das unidades federadas ao mesmo tempo em que estabeleceu, nos arts. 14 e 15, um princípio e duas diretrizes para a implantação do princípio constitucional da gestão democrática.

No cenário brasileiro, os Conselhos Escolares, aparecem, com maior amplitude de atuação, nas regiões sul e sudeste, exatamente no início da redemocratização do país.

A institucionalização, de fato, dos conselhos escolares, nasce da criação de um programa de transferência de recursos federais destinados às escolas dos sistemas estaduais e municipais de ensino, denominado Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE.

Para receber os recursos advindos de tal programa, a escola deveria criar legalmente, e em outro curto espaço de tempo, sua unidade executora, cuja “responsabilidade precípua dessa unidade seria a de receber, executar e gerir recursos financeiros da unidade escolar”. (LUCK, 2006, p. 80)

Os Conselhos Escolares na Educação básica, concebidos pela LDB (Lei n. 9.394/96) como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação, da “comunidade escolar e local” (LDB, art. 14). Sua atribuição é deliberar, nos casos de sua competência, e “aconselhar os dirigentes, no que julgar prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola”. O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito.

Cury (2000, p. 51) diz que “participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento”.

O Conselho Escolar é uma grande ferramenta que vem a contribuir com o processo democrático da escola, pois este é o responsável pelo favorecimento das relações entre comunidade e escola, como também na formação de um novo poder, compartilhado e/ou supostamente mais forte por causa das decisões terem o apoio de todos e não ser unilateral, destruindo o individualismo dos diretores.

Em conformidade a Abranches (2003), o conselho pode ser qualificado como um órgão de decisões coletivas, capaz de suplantar as práticas do individualismo e dos grupos, e se este for realmente formado por representantes de cada setor da comunidade escolar, ele será progressivamente benéfico à natureza da gestão da escola e da educação, pois sempre intervirá positivamente na qualidade do serviço prestado pela escola.

Desta forma, o Conselho é o responsável por deliberar, ou seja, tomar as decisões quando necessárias no âmbito escolar, após uma discussão com todos os setores que o compõem, como também passam a emitir pareceres sobre os assuntos abordados.

Segundo Werle (2003), o Conselho será o que a comunidade escolar constituir, estabelecer e operacionalizar. Se de fato formarem afinidades de confiança, respeito e compromisso são assim que vão se construir as ações diante de suas competências deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora.

Quanto à formação do Conselho, o número e a forma de escolha é variante nas escolas, devendo estas estabelecer as normas sobre as eleições e período de mandato em conformidade a legislação estadual da unidade federativa a que estiver inserida. Sendo comum que o diretor é um membro nato, os representantes são eleitos por suas categorias e os mandatos são um ou no máximo dois anos.

Dessa forma, é inegável que toda a comunidade escolar tem o dever e o direito de participar como conselheiro (a) na escola a que pertencer sua comunidade.

A gestão do bem público deve conter a participação popular, uma vez que o bem final é destinado ao próprio público. Portanto, o Conselho Escolar é uma alternativa contra a realidade existente de uma falsa participação dos envolvidos, pois somente no coletivo que é possível propagar a vontade da comunidade escolar.

Sua implantação deve possibilitar um alargamento nas formas de utilização por meio de um modelo de administração coletiva onde todos podem tomar parte das atividades de decisão, execução e avaliação na instituição escolar, envolvendo, principalmente, as questões administrativas, pedagógicas e financeiras, objetivando a solução de possíveis problemas e de outros imprevistos.

3. O LETRAMENTO POLÍTICO: POR UMA PEDAGOGIA DEMOCRÁTICA

A necessidade de conceber melhor o processo de letramento possibilita a geração de subsídios direcionados para uma teoria social do letramento. No contexto escolar, a escola pode ser um espaço de abertura para a ampliação do mundo social do sujeito com múltiplos modos de discutir e conhecer as diferentes linguagens sociais.

Para que haja essa concepção, inicialmente deve-se verificar o conceito de letramento, o que para a UNESCO (2004, p. 13) é:

Letramento é a habilidade de identificar, entender, interpretar, criar, comunicar e calcular, usando materiais impressos e escritos associados com contextos variados. Letramento envolve um contínuo de aprendizagem habilitando os indivíduos a alcançar seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos e potencial e participar plenamente em suas comunidades e sociedade em geral.

Considerando as afirmações acima, percebe-se que letramento vai além de mera mecanização de códigos, trata-se de um processo contínuo de aprendizagem que envolve habilidades diversas para alcançar um objetivo maior.

Na concepção de Pereira, (*apud* SOARES, 1998, p. 19) “o letramento não é puro e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”.

Ainda seguindo os conceitos de letramento, no caso político, Cosson (2010, p. 16) a define como:

O letramento político pode ser definido como aquele que se processa no contexto da política, ou seja, a habilidade de interagir politicamente, considerando que, em uma sociedade letrada como a nossa, não há atividade ou setor social que não seja atravessado pela escrita. Também dela se depreende que não há um ponto fixo a partir do qual se diga que uma pessoa é ou não politicamente letrada, antes se trata de um aprendizado permanente que se efetiva tanto em termos de crescimento e empoderamento individual quanto de participação social.

Diante das afirmações acima, pode-se considerar que não basta saber apenas ler e escrever para ser considerada uma pessoa letrada, pois se deve buscar o aprendizado a cada dia, estando atento ao que ocorre no meio cultural e ou social.

Para aprender a escrever é necessário ter acesso a uma diversidade de textos escritos, presenciar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõem produzi-la, ariscar-se a fazer e receber ajuda de quem já sabe ler e escrever.

Numa concepção democrática, o letramento abrange a capacidade de o sujeito colocar-se como autor (sujeito) do próprio discurso no que concerne não só à relação com o texto escrito, mas também à relação com texto oral. Assim, um projeto de letramento se constitui como “um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da escrita, isto é, a leitura de textos que, de fato, circulam na sociedade e a produção de textos que serão realmente lidos, em um trabalho coletivo de alunos e professor, cada um segundo sua capacidade”. (KLEIMAN, 2000, p. 238)

Ações que se organizam em enunciados que se criam e se recriam nas práticas comunicativas hão de se considerar uma concepção de língua constitutiva das ações sociais; assim fatores como a leitura e a escrita da comunidade e da família influenciam o desenvolvimento da escrita e a escola tem que construir uma ponte entre sua prática e aquelas comunidades, dando chance a todos de praticarem a escrita como as funções que exercem na sociedade para que todos possam tornar-se adultos participativos criativos e críticos.

A formação de um professor para atuar como agente de letramento faz novas e diferentes exigências ao formador universitário: os saberes acadêmicos e a familiaridade com diversas práticas de letramento são importantes, mas essencial é a atitude de um professor através de práticas letradas que motivem todo o grupo e atendam, ao mesmo tempo, a interesse e objetivos individuais de forma a formar leitores. Cursos de Letra e Pedagogia que visem ao letramento profissional devem formar professores cujo perfil corresponde ao de um agente social que é capaz de articular os interesses partilhados pelos aprendizes.

Se há uma relação entre as práticas de letramento e as práticas de cultura local, essa relação pode ser matéria-prima para a compreensão e interpretação de texto e para a produção de escrita.

Na concepção do Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II (2008, p.165)

Se é assim, a escola, então, tem que dar todo o apoio e o trabalho de sala de aula deve ser motivador, criativo e processual no qual todos, mesmo sendo diferentes quanto ao domínio de habilidades e competências, possam aprender. Nesse ambiente, a interação entre o professor e os alunos e dos alunos entre si facilitaria a troca de saberes. A criança e o adolescente experimentam com a escrita, e o professor influencia, sobremaneira, o desenvolvimento dessa competência, acreditando que todos possam tomar gosto pela escrita.

A relação entre leitura e escrita se desenvolve por meio de práticas letradas eficientes, tais como narração, descrição e dissertação. No entanto outros textos são importantes no processo cotidiano; a documentação, por exemplo, tem função de possibilitar o registro e a permanência das informações para as futuras gerações. No mundo moderno, a prática de

diferentes gêneros torna-se importante, pois temos o direito de praticar, além da escrita ficcional e poética, a escrita e leitura de textos funcionais e críticos que certamente são utilizados em momentos diferentes da vida diária.

3.1 A importância do letramento na alfabetização

É praticamente impossível se pensar em alfabetização sem letramento, pois Soares (2003) afirma que “ao olharmos historicamente para as últimas décadas, poderemos observar que o termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem do sistema da escrita, foi ampliado”. Já não basta mais apenas aprender a ler e escrever, é necessário ir além da alfabetização funcional.

A entrada da criança no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. Além disso, o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar um gibi para ler, de frequentar livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita.

Alfabetizar, hoje em dia, deixou de ser algo mecanizado, pois não se usa mais as técnicas do passado, tais como, uso de cartilhas ou soletrar palavras. Diante disto a autora Soares (2003, p. 3) afirma que:

Mas com o desaparecimento das cartilhas, praticamente desapareceu também o conceito de método. Não é possível ensinar a ler e escrever, ou qualquer coisa em educação, sem um método. Há poucos livros de alfabetização que tenham uma organização metodológica para orientar professores e crianças envolvidos neste processo de aprendizagem. Os professores usam precariamente os livros de que dispõem ou buscam as cartilhas nas prateleiras da biblioteca da escola.

Ainda seguindo o pensamento da autora, pode-se dizer que ao tentar se livrar das cartilhas deveria ter colocado algo para substituí-la, mas como isso não aconteceu, os professores têm encontrado dificuldades em buscar métodos para se alcançar o seu maior objetivo que é ensinar a ler e escreve.

A necessidade de conceber melhor o processo de letramento possibilita a geração de subsídios direcionados para uma teoria social do letramento. No contexto escolar, a escola

pode ser um espaço de abertura para a ampliação do mundo social do sujeito com múltiplos modos de discutir e conhecer as diferentes linguagens sociais.

Na concepção de Pereira, (*apud* SOARES, 1998, p. 19) “letramento não é puro e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”.

Para aprender a escrever é necessário ter acesso a uma diversidade de textos escritos, presenciar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõem produzi-la, ariscar-se a fazer e receber ajuda de quem já sabe ler e escrever.

Numa concepção democrática, o letramento abrange a capacidade de o sujeito colocar-se como autor (sujeito) do próprio discurso no que concerne não só à relação com o texto escrito, mas também à relação com texto oral. Assim, um projeto de letramento se constitui como “um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da escrita, isto é, a leitura de textos que, de fato, circulam na sociedade e a produção de textos que serão realmente lidos, em um trabalho coletivo de alunos e professor, cada um segundo sua capacidade”. (KLEIMAN, 2000, p. 238)

Ações que se organizam em enunciados que se criam e se recriam nas práticas comunicativas hão de se considerar uma concepção de língua constitutiva das ações sociais; assim fatores como a leitura e a escrita da comunidade e da família influenciam o desenvolvimento da escrita e a escola tem que construir uma ponte entre sua prática e aquelas comunidades, dando chance a todos de praticarem a escrita como as funções que exercem na sociedade para que todos possam tornar-se adultos participativos criativos e críticos.

A formação de um professor, para atuar como agente de letramento, traz novas e diferentes exigências ao formador universitário: os saberes acadêmicos e a familiaridade com diversas práticas de letramento são importantes, mas essencial é a atitude de um professor através de práticas letradas que motivem todo o grupo e atendam, ao mesmo tempo a interesse e objetivos individuais de forma a formar leitores. Cursos de Letra e Pedagogia que visem ao letramento profissional devem formar professores cujo perfil corresponde ao de um agente social que é capaz de articular os interesses partilhados pelos aprendizes.

Se há uma relação entre as práticas de letramento e as práticas de cultura local, essa relação pode ser matéria-prima para a compreensão e interpretação de texto e para a produção de escrita.

Na concepção do Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II (2008, p. 165)

Se é assim, a escola, então, tem que dar todo o apoio e o trabalho de sala de aula deve ser motivador, criativo e processual no qual todos, mesmo sendo diferentes quanto ao domínio de habilidades e competências, possam aprender. Nesse ambiente, a interação entre o professor e os alunos e dos alunos entre si facilitaria a troca de saberes. A criança e o adolescente experimentam com a escrita, e o professor influencia, sobremaneira, o desenvolvimento dessa competência, acreditando que todos possam tomar gosto pela escrita.

A relação entre leitura e escrita se desenvolve por meio de práticas letradas eficientes, tais como narração, descrição e dissertação. No entanto, outros textos são importantes no processo cotidiano; a documentação, por exemplo, tem função de possibilitar o registro e a permanência das informações para as futuras gerações. No mundo moderno, a prática de diferentes gêneros torna-se importante, pois temos o direito de praticar, além da escrita ficcional e poética, a escrita e leitura de textos funcionais e críticos que certamente são utilizados em momentos diferentes da vida diária.

CONCLUSÃO

Acredita-se que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola pautada nos padrões de uma gestão democrática e participativa projeta-se nos objetivos que, por sua vez orienta a atividade humana dando o rumo, a direção da ação educativa.

Falar de gestão democrática, letramento e qualidade de ensino, é acreditar em uma educação com relevância social e, sobretudo, em uma escola construída a partir da ação coletiva. Se o propósito é formar aluno cidadão letrado, cabe à escola pautar-se em uma administração que celebre a aprendizagem, viva o encanto da construção da emancipação humana que consolidam atividades democráticas no meio escolar e que, sobretudo, se garanta em uma prática de construção emancipadora da existência das pessoas e da humanidade, tornando-se cidadãos conscientes e participativos no meio em que vivem.

A aferição do nível de letramento na população de um país é um passo para a avaliação da eficácia dos programas em desenvolvimento e para a obtenção de dados precisos necessários à formulação de programas futuros nos campos educacional e social, uma vez que o grau de letramento se faz essencial na população-alvo. Os índices de letramento são, assim, úteis para revelar tendências e perspectivas em nível nacional, para confrontar a magnitude do analfabetismo em diferentes regiões para comparar, populações ou grupos, evidenciando disparidade na aquisição do letramento determinadas por fatores tais como idade, sexo, etnia, residência urbana ou rural, entre outros.

Não se admite falar em gestão democrática sem citar a participação do Conselho Escolar na tomada de decisão em relação a gerir os recursos financeiros que são destinados a escola, como também nas propostas curriculares, tendo como finalidade um melhor desempenho das atividades de ensino-aprendizagem.

Finalmente, concebe-se a escola como um espaço privilegiado para a leitura e escrita. Assim, se o propósito é formar cidadãos honestos e responsáveis, a gestão democrática é a política mais necessária para qualquer administrador escolar. A partir desta administração será possível desenvolver e vivenciar a democracia no dia a dia da escola e levá-la a consolidar a participação entre toda a comunidade colaborando, assim, no processo de letramento o comprometido com a educação sólida e inovadora de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol. 5. p. 25
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004, p.147
- COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: DANTAS, Humberto *et all.* **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 3 ed. 2010. P. 13 – 19.
- KLEIMAN, A. B. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Orgs) **O ensino e a formação do professor**. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIMA, D. de. **Inglês na ponta da língua: método inovador para melhorar seu vocabulário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MENDONÇA, E. F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXII, no 75, Agosto/2001, p. 84-108.
- NOVA ESCOLA, ano XXVI. Nº 239. Editora Abril, 2011.
- PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Práticas de leitura e escrita na escola: construindo textos e reconstruindo sentido**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II. **Língua Portuguesa: Caderno de Teoria e Prática 4 – TP4: leitura e processos de escrita I**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- SALERNO, S. C. El K. **Administração escolar e educacional: planejamento, políticas e gestão**. Editora Alínea, São Paulo, 2007.
- SALES, I. da C. **Os desafios da gestão democrática da sociedade: um diálogo com Gramsci**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. 2003.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico - científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SHAPIRO, Abraham. **O conceito de gestão**. Disponível em: <http://blogs.odiario.com/profissaoatitudo>. Acessado em: mai de 2014.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2005.

SOUZA, A. R. de. **Explorando e construindo um conceito de Gestão Democrática.** Disponível em: www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf. Acessado em: maio de 2014.

TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização.** 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

VALERIAN, Jean. **Gestão da escola fundamental:** subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WERNECK, Hamilton. **Professor:** agente da transformação. Rio de Janeiro: Wak ed. 2008.